

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2014

1 – PREÂMBULO

1.1 – O Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO e equipe de apoio, designados pela Portaria n. 23/2014 de 08 de janeiro de 2014, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n. 10/2014, na Modalidade Pregão N. 10/2014, do tipo menor preço por item e **Presencial**, sob regime de entrega parcelada, cujos setores interessados são as Secretarias de Administração, Transportes, Agricultura e Urbanismo, conforme dispõe a Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 003/2005 de 14 de janeiro de 2005 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n. ° 01 contendo as propostas de preços e de n. ° 02, contendo a documentação de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, no Centro Administrativo Municipal, situado na Praça: João Macagnan - 322 -SC, CEP 89654-000, até às **13h30 do dia 25 de junho de 2014**, iniciando-se a Sessão Pública às 13h30 horas do mesmo dia e local.

2 – DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a aquisição de Equipamentos de Informática destinados a vários setores da Prefeitura Municipal de Água Doce, em conformidade com o Anexo I e Termo de Referência, Anexo II do edital.

3 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.2 – Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) Que estejam reunidas em consórcio ou cooperativa, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Estrangeiras que não funcionem no País.
- e) Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei 8.666/93.

3.3 – As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no presente certame, deverão apresentar **CERTIDÃO SIMPLIFICADA** da Junta Comercial de seu Estado de Jurisdição que certifica este enquadramento, fora de qualquer envelope, juntamente com a Carta de Credenciamento.

4 – DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 - Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

4.2 - A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal, deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos:

- a) Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o **Anexo III** deste Edital;
- b) Cópia da cédula de identidade autenticada ou copia acompanhada da original;
- c) Cópia do ato constitutivo ou contrato social (consolidado ou originais c/ alterações);
- d) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Anexo IV)

4.2.1 - Caso o representante seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente deverá apresentar:

- a) Cópia do ato constitutivo ou do contrato social (consolidado ou originais c/ alterações), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Cópia da cédula de identidade autenticada ou copia acompanhada da original;
- c) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (Anexo IV)

4.3 - O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

4.4 - A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

4.5 - Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

4.6 - Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo de licitação, deverão ser entregues **SEPARADAMENTE** dos envelopes da Proposta e da Documentação.

4.7 - Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

5 – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

5.1 – No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, a seguinte identificação:

| |
|--|
| 1) PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014 PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2014 MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE: ENVELOPE N. 01 – Proposta de Preços |
|--|

| |
|---|
| 2) PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014 PREGÃO PRESENCIAL N. 32/2014 MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE IDENTIFICAÇÃO DO INTERESSADO: ENVELOPE N. 02 - Documentação |
|---|

5.2 – Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6 – DA PROPOSTA COMERCIAL

6.1 – A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada de acordo com o modelo do Anexo I, na forma e

requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

6.1.1 - Razão social da empresa, CNPJ, endereço e telefone;

6.1.2 - Preço unitário e total do item cotado, em moeda corrente nacional, incluso de taxas, fretes, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes;

6.1.3 - Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

6.1.4 - Marca ou o nome do fabricante dos equipamentos cotados;

6.1.5 - Local e data;

6.1.6 - Assinatura do representante legal da proponente.

6.1.7 - **Declaração expressa** da empresa proponente de que durante o período de garantia, compromete-se a cumprir as obrigações abaixo relacionadas, sem custos adicionais, diretamente ou por intermédio de representante ou credenciado:

- a) Atender as chamadas do usuário, para suporte de serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da solicitação efetuada;
- b) Prestar suporte de serviços, compreendendo reparos e substituição de peças, às suas expensas, obrigando-se a colocar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 72 (setenta e duas), contadas da solicitação;
- c) Substituir o equipamento ofertado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas se, no período de 15 (quinze) dias corridos, ocorrerem defeitos sistemáticos que não sejam corrigidos no prazo estabelecido na alínea "b".

6.1.8 - Catálogo técnico oficial do fabricante do equipamento ofertado, apresentando as características técnicas.

6.1.9 - Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas nos itens do Anexo I deste Edital.

6.1.10 - Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotado, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

6.1.11 - Validade da proposta apresentada será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias**, independentemente de declaração expressa.

6.1.12 - A empresa vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

6.1.13 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

6.1.14 - Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

6.1.15 - Com fundamento no inciso I do artigo 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

6.1.16 - Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser considerados pelo Pregoeiro, como meramente formais, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

6.1.17 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

7 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

7.1 – No envelope n.º 02 – Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

7.1.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou
- c) Registro do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da administração em exercício, com as alterações; ou
- d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2 – Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade quanto à dívida ativa da união;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente;
- f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.1.3 – Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. **As licitantes sediadas em outros Estados deverão apresentar, juntamente com a certidão negativa exigida, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordatas.** Não serão aceitas certidões com validade expirada.

7.1.4 – Os Fornecedores cadastrados e os não cadastrados deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório (Anexo V);
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal (Anexo VI);

- Declara que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (Anexo VII);
- Declara inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (Anexo VIII);
- Declara que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada (Anexo IX)

7.1.3 – Qualificação Técnica

- a) Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de atestado ou certidão emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, fornecimento semelhante a este que está sendo licitado;

7.2 – Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Água Doce - SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las. Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão.

7.3 - As empresas que quiserem **autenticar** documentos junto a Prefeitura Municipal de Água Doce, deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, **até UM dia antes do prazo de entrega da documentação e proposta**, de segunda a sexta-feira, no horário das 13h00 às 19h00, junto ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Água Doce, na Praça João Macagnan, 322 – Centro.

7.3 - A Equipe de Apoio do Pregão poderá proceder à consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

7.4 - Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

7.5 - No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

7.6 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

8 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1 - O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até o horário marcado para início da sessão de processamento do pregão e no local indicados no preâmbulo deste Edital.

8.2 - Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.3 - Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, **a partir das 13h30 horas do dia 25 de junho de 2014**, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no **Anexo IV** do Edital.

8.4 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO PRESENCIAL será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital.

8.5 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço de cada item e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.6 - Preços propostos de valor inferior a 65 % (sessenta e cinco por cento) dos valores máximos definidos por este edital, obrigatoriamente, deverão estar acompanhadas de demonstrativos de custos e despesas específicos e de coeficientes de produtividade, inclusive notas explicativas, comprovando a viabilidade das propostas, firmadas por administrador e contabilista do proponente, sob pena de serem considerados **inexequíveis**, conforme inciso II, do artigo 48, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e/ou declaração formal, sob as penas da lei, firmada pelo(s) administrador(es) e contabilista no sentido de que os custos e despesas do proponente viabilizam os fornecimentos conforme proposto, a ser apresentada com a proposta ou, mediante compromisso lavrado em ata do credenciado, até a data da assinatura do contrato.

8.7 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.8 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.9 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.10 - Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após o encerramento da etapa competitiva, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8.11 - O empate mencionado no *caput* deste item será verificado na situação em que a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta apresentada na fase de lances, ocasião no qual proceder-se-á da seguinte forma:

8.12 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 9.7.1, será convocada pelo Pregoeiro, para no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.13 - Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 9.7.1, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

8.14 - Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 09.7.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.15 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

8.16 - Se duas ou mais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

8.17 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no Anexo I a este edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.18 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.19 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.20 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

8.21 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

8.22 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.23 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.24 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

9.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.4 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.6 - O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 – DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - Os equipamentos e materiais deverão ser entregues em **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento/empenho.

10.2 - Os equipamentos deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

10.2.1 - Os equipamentos deverão ser entregues da seguinte forma:

- a) Sete desktops, sete monitores, sete nobreaks e três notebooks na Prefeitura Municipal de Água Doce, localizada na Praça João Macagnan, 322 – Centro;

10.3 - Os equipamentos deverão ser entregues de tal forma que possibilite ao setor requisitante efetuar a conexão imediata à sua rede elétrica e à sua rede de comunicação de dados, se for o caso.

10.4 - Todos os equipamentos deverão ter número de série em acordo com o número especificado na Nota Fiscal.

10.5 - Os equipamentos deverão ser entregues configurados com todas as opções solicitadas, mesmo que sejam módulos opcionais, acompanhados de manuais técnicos com descrição de todas as configurações.

10.6 – A Prefeitura Municipal de Água Doce, por intermédio de técnico designado, terá o prazo de 15 (quinze) dias após a entrega, para a realização dos testes, verificação de conformidade com as especificações do Edital e emissão ou não do **Termo de Aceite**, necessário para a liberação do pagamento.

10.7 - Por ocasião do recebimento dos equipamentos, a Prefeitura Municipal de Água Doce, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando o proponente vencedor a promover a devida substituição, observando-se os prazos estipulados.

10.8 - O aceite dos equipamentos e materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

10.9 - Caso os equipamentos e materiais sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

10.10 - A proponente vencedora deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

11 – DA GARANTIA

11.1 - Para os itens onde não consta expresso o prazo de garantia, este deverá ser informado pelo proponente, considerando a garantia mínima do fabricante para os equipamentos cotados.

11.2 - O proponente vencedor deverá fornecer declaração expressa de que, durante o período de garantia, compromete-se a cumprir, sem custos adicionais, diretamente ou por intermédio de representante ou credenciado, as obrigações abaixo relacionadas:

- a) Atender às chamadas do usuário, para suporte de serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da solicitação efetuada;
- b) Prestar suporte de serviços, compreendendo reparos e substituição de peças, às suas expensas, obrigando-se a colocar os equipamentos em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 72 (setenta e duas), contadas da solicitação;
- c) Trocar o equipamento ofertado no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas se, no período de 15 (quinze) dias corridos, ocorrerem defeitos sistemáticos que não sejam corrigidos no prazo estabelecido na alínea “b”.

11.2 - Para efeito da garantia, será suficiente a apresentação da cópia da Nota Fiscal de compra.

12 – DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

12.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 10 dias após entrega dos produtos e emissão das notas fiscais.

12.3 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

12.4 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

13 – RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 – Os recursos financeiros serão próprios do Município.

13.2 – As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO
01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/5 – Aplicações Diretas

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
2.006 – Manutenção Secretaria de Administração Fazenda e Deptos.
4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/17 – Aplicações Diretas

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
01 – DEPARTAMENTO DE ENSINO
1.007 – Aquisição de equip. e móveis p/ secretaria e segmentos
4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001/58 – Aplicações Diretas

1.012 – Aquisição de equipamentos para a Educação Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/80 – Aplicações Diretas

13.3 – O valor total estimado para a aquisição é de **R\$ 45.800,00** (quarenta e cinco mil e oitocentos reais).

14 – RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

14.1 - Entregar os equipamentos e materiais em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, obedecendo rigorosamente às especificações técnicas do Anexo I do presente Edital;

14.2 - Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos itens 10 e 11;

14.3 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente Processo Licitatório;

14.4 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

14.5 - Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do objeto;

14.6 - Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para que libere os equipamentos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

15 – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

15.1 – O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do serviço prestado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

16 – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

16.1 – O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

16.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

16.2.1 – Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) prestação do serviço fora das especificações constantes no Objeto deste edital;
- c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da empresa;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

16.2.2 – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

16.2.3 – Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

16.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

17 – PENALIDADES

17.1 – À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

17.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

18 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.2 – As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 – A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 – Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n. 003/2005.

18.5 – No interesse do Município, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.6 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I – Especificações do objeto, Modelo de Carta Proposta, Valor de referência;
- ANEXO II – Termo de Referência;
- ANEXO III – Modelo de Carta de Credenciamento
- ANEXO IV – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- ANEXO V – Modelo de Declaração de que os Documentos que compõe o edital foram colocados à disposição;
- ANEXO VI – Modelo de Declaração de que não se encontra declarada inidônea;
- ANEXO VII – Modelo de Declaração de que não possui em seu quadro de empregados servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;
- ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;
- ANEXO IX – Modelo de Declaração de cumprimento ao art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada

18.7 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

18.10 – Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 – É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 – Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14 – Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

18.15 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Joaçaba Estado de Santa Catarina.

Água Doce, 04 de junho de 2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
OAB 27419

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DE CARTA PROPOSTA / VALOR DE REFERÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014**

| | |
|--------------|--|
| Razão Social | |
| CNPJ/MF: | |
| Endereço | |
| Telefone/Fax | |
| Email: | |

| Item | Especificação | Qtde | Valor Unitário Máximo R\$ | Marca | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|------------------------------|-------|----------------|-------------|
| 1 | COMPUTADOR DESKTOP FORMATO SMALL FORM FACTOR – SFF, 4 GB RAM DDR3, 500 GB HD, WINDOWS 7 PRO, COM OFFICE 2013 OPEN GOV | 7 un | 4.285,00 | | | |
| 2 | MONITOR LED 21,5 POLEGADAS | 7 un | 615,00 | | | |
| 3 | NOBREAK 1200 VA | 7 un | 475,00 | | | |
| 4 | NOTEBOOK LINHA CORPORATIVA, 4GB RAM DDR3, HD 500 GB, WINDOWS 8 PRO, TELA DE 14" | 3 un | 2.725,00 | | | |

Local e data:

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

OBS.: Deverão acompanhar a proposta:

- a) Folder Oficial do fabricante dos equipamentos ofertados, contemplando os requisitos que compõem o equipamento ofertado.
- b) Na proposta deverá estar especificado marca e modelo do equipamento ofertado e/ou marca dos materiais ofertados.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014 PREGÃO N. 32/2014

ITEM 1 – Desktop Formato Small Form Factor – SFF

Deverão ser fornecidos 07 (sete) desktops, com as seguintes especificações:

- I. Deverá possuir Processador com Quatro núcleos de processamento com clock igual ou superior a 3,20 GHz com especificação referencia Intel® – Core i5® de terceira geração (Ivy Bridge – 22nm) com no mínimo 6 Mb de Cache.
- II. Deverá possuir no mínimo 4 Gb de Memória RAM no padrão DDR3 (1333 MHz), porém com capacidade de expansão para até 32GB.
- III. Deverá ser equipado com 1 Disco Rígido (HD) no padrão SATA com capacidade mínima de armazenamento de 500GB e com funcionamento interno em no mínimo 7200 RPM e deverá possuir interface SATA não inferior a 6,0 Gb/s;
- IV. Deverá possuir no mínimo 6 portas USB 2.0 e no mínimo 4 Portas USB 3.0 livres para utilização, não sendo aceito nenhum tipo de adaptação, como hub ou rabicho na parte traseira do gabinete.
- V. Deverá possuir no mínimo uma Placa de Rede on-board com capacidade de 10/100/1000 Mbps com chipset Intel®;
- VI. Deverá possuir Sistema Operacional Windows 7 Professional 64 bits em Português do Brasil.
- VII. Deverá ter uma garantia mínima de 3 anos do fabricante com atendimento na Prefeitura Municipal de Água Doce ou outro local onde o equipamento vier a ser instalado (**Atendimento on site**).
- VIII. Deverá possuir fonte com mínimo de 240W com PFC Ativo, com eficiência energética igual ou superior a 87%.
- IX. Deverá possuir a suite Microsoft® Office® em versão 2013 Standard, com licença tipo Open para Governo.
- X. Deverá possuir chipset Intel® Q87.
- XI. Deverá possuir um teclado padrão ABNT2 e mouse óptico.
- XII. Deverá possuir gabinete com formato Small Form Factor - SFF.
- XIII. Deverá possuir interface de som “on-board”, padrão Plug-and-Play; compatível com o padrão “High Definition Audio” (Referência Realtek® ALC221);
- XIV. Deverá possuir no mínimo 01 (um) alto-falante que deverá estar integrado ao gabinete com potência mínima de 1,5w.
- XV. A BIOS do equipamento deverá ser do Padrão EPROM regravável por software (flash EPROM) devendo ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou customizada para seu uso exclusivo.
- XVI. As atualizações de BIOS, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante
- XVII. Quando da inicialização do computador, o nome do fabricante deverá ser exibido em tela. A BIOS deverá possuir no mínimo a possível utilização em idioma Inglês e Português do Brasil.
- XVIII. Deverá possuir no mínimo os seguintes Slots de Expansão: 1 (um) Slot PCI, 2 (dois) Slot PCIe x16, 1 (um) Slot PCIe x1.
- XIX. Para a Abertura do Gabinete, bem como, remoção de discos e drive óptico deverá ser realizada sem uso de qualquer ferramenta (Tecnologia “Tool-Less”), não sendo aceitas quaisquer adaptações, ou seja, deverão fazer parte do projeto original do gabinete.
- XX. Deverá possuir junto ao Gabinete uma etiqueta onde conste a marca, o modelo e o número de série do equipamento;
- XXI. Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado e mouse) devem ser do mesmo fabricante, e devem seguir o mesmo padrão de cor.
- XXII. O Equipamento ofertado deverá estar na lista do EPEAT na categoria Gold. A comprovação deve estar anexada à proposta e será aceito documento emitido do site www.epeat.net.
- XXIII. O fabricante deverá fazer parte da lista de membros da DMTF. A comprovação deve estar anexada à proposta e será aceito documento emitido do site www.dmtf.org/about/list
- XXIV. O Equipamento deverá possuir o certificado Energy Star 5.0. A comprovação deve estar anexada à proposta e será aceito documento emitido do site www.energystar.gov.
- XXV. O fabricante do computador deverá ter exclusividade na produção da placa mãe e BIOS do equipamento e deve ser detentor do projeto básico do modelo ofertado (será conferido na entrega do equipamento)

- XXVI. Deverá possuir a certificação de homologação para sistema Novell® SUSE® Linux Enterprise Desktop 11 e Red Hat® Enterprise Linux 64 A comprovação deve estar anexada à proposta e será aceito documento emitido do site <https://www.suse.com/yessearch/Search.jsp> e <https://hardware.redhat.com/>
- XXVII. Deverá acompanhar catálogo técnico oficial do fabricante do equipamento apresentando as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital.

Modelo de Referencia – HP 800 G1 SFF – Part Number E3T94LT (Core I5 e HD 500GB) acrescido com Office 2013 Open Gov.

ITEM 2 – Monitor LED 21,5 Polegadas

Deverão ser fornecidos 07 (sete) monitores LED 21,5 Polegadas, com as seguintes especificações:

- I. Monitor LED 21,5 Polegadas Widescreen
- II. Deve suportar resolução 1920 × 1080 @ 60Hz - Full HD (Full High Definition)
- III. Deve possuir uma Taxa de Contraste Dinâmico de 5.000.000:1 ou superior
- IV. Deve possuir um Tempo de Resposta de 14ms ou inferior
- V. Deve possuir o Brilho com um mínimo de 250 cd/m2.
- VI. Deve possuir conexões para DVI e D-Sub.
- VII. Deve ser de cor preta brilhante.
- VIII. Deverá possuir ângulo de visão de 178°/178°.
- IX. Deverá ter consumo médio de energia entre 24 a 26 W.
- X. O Peso do monitor sem a embalagem deve ser igual ou inferior a 2.86kg.
- XI. Deve possuir pixel pitch de no máximo 0.24795mm.
- XII. Deve possuir taxa de frequência Horizontal de 30 a 83 KHz e de frequência Vertical de 56 a 75Hz.
- XIII. Deverá acompanhar catálogo técnico oficial do fabricante do equipamento apresentando as características técnicas em conformidade com as descritas no Edital.

Modelo Referência – LG 22EA53T

ITEM 3 – NOBREAK 1200 VA

Deverão ser fornecidos 07 (sete) Nobreaks de 1200 VA, com as seguintes especificações:

- I. Deverá possuir potência de saída nominal de 1200VA / 500W;
- II. Bivolt automático operando em qualquer rede elétrica;
- III. Deverá possuir 6 tomadas de saída padrão NBR 14136;
- IV. Deverá possuir tensão de saída nominal em 120 / 220V configurável internamente;
- V. Estabilizador com 4 (quatro) estágios de regulação on-line;
- VI. Deverá possuir Led's com indicação de proteção, atenção e normal com cores diferenciadas;
- VII. Deverá possuir alarme visual e auditivo de potência excessiva;
- VIII. Deverá possuir proteção contra sobrecarga e curto-circuito;
- IX. Deverá possuir proteção contra surtos de tensão através de filtro de linha e varistor óxido metálico, atenuando efeitos de descargas atmosféricas;
- X. Deverá possuir forma de onda semi-senoidal;
- XI. Deverá possuir sistema de desligamento e proteção contra descarga total da bateria;
- XII. Deverá possuir 2 baterias seladas, chumbo-ácido, livre de manutenção de 7Ah

Modelo de referência: NHS Compact Plus III 1200VA

ITEM 4 – NOTEBOOK LINHA CORPORATIVA, 4 GB RAM DDR3, HD 500 GB, WINDOWS 8 PRO, TELA 14”.

Deverão ser fornecidos 03 (três) Notebooks, com as seguintes especificações:

- I. Deve possuir no mínimo Processador Intel Core I5 3230, 2 núcleos, clock real de 2,6GHz, cache 3MB;
- II. Deve possuir no mínimo Memória de 4GB DDR3 1600MHz, expansível a 16GB;
- III. Deve possuir BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante;
- IV. Deve possuir HD de no mínimo 500 GB 5400 rpm padrão SATA III;
- V. Deve possuir gravador de DVD integrado ao gabinete;
- VI. Deve possuir controladora de rede Gigabit Ethernet integrada;
- VII. Deve possuir controladora de rede Wireless IEEE 802.11 b/g/n;
- VIII. Deve possuir controladora padrão Bluetooth versão 4.0;
- IX. Deve possuir controladora de vídeo padrão integrada com memória compartilhada, com mecanismo de alocação dinâmica de memória RAM;
- X. Deve possuir controladora de áudio estéreo, o 16bits com alto-falante interno ao gabinete e microfone embutido;
- XI. Deve possuir as portas: mínimo 02 USB 3.0 e no mínimo 01 USB 2.0; no mínimo 01 serial através de conversor USB; 01 VGA; 01 RJ45; interfaces de áudio com entrada para microfone e saída estéreo amplificada para fones de ouvido;
- XII. Deve possuir 1 Slot que suporta os padrões de leitores de mídia: SD (Secure Digital), SDHC (Secure Digital High Capacity), SDXC (Secure Digital Extended Capacity);
- XIII. Deve possuir webcam integrada;
- XIV. Deve possuir sensor biométrico integrado ao equipamento;
- XV. Deve possuir tela de 14” com resolução de no mínimo 1366x768 com 16 milhões cores;
- XVI. Deve possuir teclado embutido ao gabinete no padrão ABNT-2 e com proteção contra derramamento de líquidos;
- XVII. Deve possuir slot específico para instalação de cabo com trava de fixação antifurto;
- XVIII. Deve possuir dispositivo de apontamento integrado ao gabinete do equipamento do tipo Touch Pad com 2 botões e possuindo zona de rolagem;
- XIX. Adaptador de corrente/tensão com tensão de entrada 110 / 220 VAC, 50 a 60Hz e tensão de saída compatível com o notebook.
- XX. Bateria primária, padrão Lithium Íon, com 6 (seis) células.
- XXI. Sistema operacional Microsoft Windows 8 Professional, em português (deve acompanhar mídia/CD de instalação) e licença de uso, com o downgrade para o Windows 7 Professional;
- XXII. Deve possuir software de diagnóstico para os componentes internos;
- XXIII. Deve possuir software de gerenciamento de hardware do mesmo fabricante;
- XXIV. Deve acompanhar: mouse e teclado USB externo e maleta para transporte;
- XXV. Garantia mínima de 01 ano on site suportada pelo próprio fabricante;

Modelo de referência: Lenovo modelo Thinkpad E431

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014 PREGÃO N. 32/2014

Através da presente, credenciamos o(a) Sr. (a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar do Processo Licitatório nº. 39/2014, instaurado pelo Município de Água Doce – SC, na modalidade Pregão Presencial nº 32/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2014

Carimbo e Assinatura do Credenciante

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014**

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº 39/2014 – Pregão Presencial nº 32/2014, da Prefeitura Municipal de Água Doce, que _____, inscrito (a) no CNPJ/CPF sob o nº _____, atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 7 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20____.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE O EDITAL FORAM COLOCADOS À DISPOSIÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014**

DECLARAMOS, para os devidos fins, de que os documentos que compõem o Edital do Processo Licitatório nº. 39/2014 – Pregão Presencial nº. 32/2014 foram colocados à /disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, dando concordância a todas as condições desta Licitação de Pregão, sem restrições de qualquer natureza e de que, vencedor desta Licitação, executará os serviços objeto desta licitação, pelo preço proposto e de acordo com as normas deste certame licitatório.

_____, em ____ de _____ 2014

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO SE ENCONTRA DECLARADA INIDÔNEA

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014**

_____ (Nome da Empresa), CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº 32/2014, **DECLARA** que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal

_____, em ____ de _____ 2014

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL SERVIDORES PÚBLICOS EXERCENDO FUNÇÕES TÉCNICAS, COMERCIAIS, DE GERÊNCIA, ADMINISTRAÇÃO OU TOMADA DE DECISÃO.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014**

(Nome da Empresa) _____, CNPJ N _____ sediada na Rua _____, n _____, bairro, _____, Município _____, CEP _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Presencial nº 32/2014, **DECLARA**, que não possui em seu quadro de pessoal Servidores Públicos exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93).

_____, em ____ de _____ 2014

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014**

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ N. _____, sediada
_____ (endereço completo) _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até
a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

_____, em ____ de _____ 2014

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 39/2014
PREGÃO N. 32/2014

..... inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n. CPF n.
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().